

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

Capítulo 2

PARADIGMAS FILOSÓFICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO FÁTICO E A PROVA NO PROCESSO PENAL.....	27
--	----

2.1 A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO HUMANO E A BUSCA POR MÉTODOS DE CONHECIMENTO	29
2.1.1 Raízes na Antiguidade Clássica: razão, essência e observação	29
2.1.2 A Idade Média: a razão a serviço da fé	31
2.1.3 A Modernidade e a primazia do método	31
2.1.4 O Idealismo Alemão: a consciência, o espírito e a construção da realidade	38
2.1.5 O Positivismo e a influência do paradigma científico	40
2.1.6 O Pós-Positivismo: a falibilidade da ciência e a subjetividade na construção dos fatos	41
2.1.7 A Hermenêutica: a natureza interpretativa do conhecimento e da compreensão dos fatos	45
2.2 A Virada Linguística: a linguagem como construtora da realidade e dos fatos.....	49
2.2.1 O impacto da filosofia da linguagem na atribuição de sentido à ação humana. A teoria da ação significativa.	60
2.2.2 Limitações da filosofia da linguagem para o conhecimento fático e prova do estupro infantojuvenil.....	67
2.3 A CONCEPÇÃO RACIONALISTA DA PROVA: POSTULADOS, CRÍTICAS E DESAFIOS NO PROCESSO PENAL.....	70
2.3.1 Fundamentos e principais expoentes	71

2.3.2	Os pilares da concepção racionalista.....	76
2.3.3	Limitações e inquietações da concepção racionalista	85
2.4	O MODELO RACIONALISTA AMPLIADO: FUNDAMENTOS E ESTRUTURA	90
2.4.1	Análise comparativa e complementariedade dos paradigmas	93
2.4.2	A verdade no modelo racionalista ampliado: da correspondência à justificação	97
2.4.3	Postulados essenciais de um modelo racionalista ampliado: justificativa e implicações para o equilíbrio de direitos.....	104
2.4.4	O acervo cognitivo especializado como condição de inteligibilidade aplicada e como garantia inferencial refutável.....	113

Capítulo 3

AS ESPECIFICIDADES DO ESTUPRO INFANTOJUVENIL: INDICADORES, DINÂMICA DOS ABUSOS E MEMÓRIA DAS VÍTIMAS		123
3.1	Compreendendo a dinâmica e o contexto do estupro infantojuvenil	129
3.1.1	Indicadores do estupro infantojuvenil	129
3.1.2	Vulnerabilidade da criança e do adolescente: aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Impacto no sigilo e mecanismos de defesa	141
3.1.2.1	Vulnerabilidade cognitiva: estágios cognitivos (Piaget) e a forma como a criança e o adolescente compreendem o abuso sexual (Sanderson)	141
3.1.2.2	Vulnerabilidade emocional: medo, culpa, vergonha, desamparo, impotência, confusão de afetos e papéis, isolamento social, pseudomaturidade ou atrasos no desenvolvimento	147
3.1.2.3	Vulnerabilidade social: normas culturais e sociais (mitos, idealização da família; desconsideração dos direitos da criança, papéis de gênero); medo de repercussões sociais e estigmas (julgamento social, consequências para o abusador e família, perda de apoio social, revitimização); natureza do abuso e relação com agressor (caráter intrafamiliar do abuso, manipulação do agressor, falta de consciência); barreiras institucionais (subnotificação, despreparo dos serviços, rede de atendimento fragmentada, foco na punição e não proteção, fatores socioeconômicos, falta de transparência de dados públicos).....	151
3.1.3	O perfil do abusador e as relações de poder e afeto: relação assimétrica de poder (superioridade do agressor, vínculo de confiança/afeto); prática de <i>grooming</i> (sutileza/normalização do abuso, exploração	

da confiança/dependência); distorção da realidade e atribuição de culpa na vítima; coerção e ameaças.....	161
3.1.4 Rituais de entrada e saída: os ciclos do abuso sexual infantojuvenil	171
3.1.5 Critérios verificáveis do abuso sexual infantojuvenil: modelo clínico traumatogênico.....	172
3.1.6 O ambiente do abuso e suas consequências na produção da prova: natureza oculta do crime e impacto na prova testemunhal e pericial; pacto de silêncio; impacto na vítima e na fiabilidade da sua narrativa; ciclicidade do abuso.	183
3.2 Memória e linguagem na narrativa das vítimas	187
3.2.1 Funcionamento da memória em crianças e adolescentes vítimas de trauma: distinção entre fantasia e realidade, lapsos temporais, influência do trauma na recordação.....	187
3.2.1.1 Memória, sua estrutura (codificação, armazenamento e recuperação) e fatores que a influenciam. Os desafios da verbalização do abuso: dificuldades linguísticas.....	188
3.2.1.2 Desenvolvimento da memória em crianças e o impacto do trauma: influência do abuso sexual infantil na memória autobiográfica	195
3.2.1.3 Criação de falsas memórias: falsas memórias espontâneas e sugeridas; modelos teóricos explicativos (paradigma construtivista, teoria do monitoramento da fonte e teoria do traço difuso) e distinção de memórias reais e sugeridas	205
3.2.1.4 Como diminuir a sugestionabilidade: entrevistas forenses estruturadas (normativas internacionais e brasileiras), uso de ajudas visuais	212
3.2.2 Como avaliar a credibilidade dos depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: contribuição da psicologia do testemunho (Statement Validity Analysis – SVA, Monitoramento da Realidade – RM)	225

Capítulo 4

PROVA E SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA EM CRIMES SEXUAIS INFANTOJUVENIS	237
4.1 Especificidades da investigação e prova do estupro infantojuvenil.....	238
4.1.1 A fragilidade da prova testemunhal única (e sua valoração): o especial valor probatório da palavra da vítima	238
4.1.2 Reconstrução do consentimento em crimes sexuais: modelos conceituais, casos paradigmáticos, reformas legislativas internacionais e o cenário brasileiro	258

4.1.3	A importância das provas corroborativas (e suas limitações): reforços internos ao relato, testemunho indireto observacional, testemunho de ouvir dizer, vestígios e laudos periciais e registros digitais/ambientais	273
4.1.3.1	Evidência empírica sobre as provas corroborativas aceitas pelo Superior Tribunal de Justiça (2022-2024): metodologia, categorias, resultados e análise comparada.....	286
4.1.4	O desafio da reconstrução histórica em contextos de trauma e silêncio.....	299
4.2	Equilíbrio entre direitos e garantias das vítimas e dos acusados no contexto probatório do crime de estupro infantojuvenil	302
4.2.1	Direitos da vítima: dignidade, proteção, verdade, não revitimização	303
4.2.2	Direitos do acusado: presunção de inocência (tratamento, prova e julgamento), publicidade estatal controlada, coleta compulsória de DNA/bancos genéticos e contraditório efetivo no estupro infantojuvenil	313
4.2.3	A necessidade de ponderação e proporcionalidade para harmonizar os direitos em conflito. Critérios operativos sugeridos: (i) núcleo mínimo indisponível de cada direito; (ii) contraditório adaptado conjugado com salvaguardas compensatórias; (iii) proibição de presunções sobre a palavra da vítima; (iv) padrão de prova e risco de erro. Teste de admissibilidade para perguntas sobre vida sexual pregressa da vítima: (a) finalidade probatória legítima; (b) pertinência específica e nexo direto; (c) subsidiariedade/necessidade; (d) proporcionalidade em sentido estrito; (e) salvaguardas processuais. Coleta compulsória de DNA do acusado.....	335

Capítulo 5

	PROPOSTA METODOLÓGICA PARA UM MODELO RACIONALISTA AMPLIADO: PRODUÇÃO, VALORAÇÃO E SUFICIÊNCIA PROBATÓRIAS	351
5.1	Etapa da pré-investigação (rede protetiva e “porta de entrada”): triagem, proteção e preparo do terreno probatório	355
5.1.1	Objetivo epistêmico e diretrizes operativas da pré-investigação	355
5.1.2	Quadro de verificação e entregáveis da pré-investigação	358
5.1.3	Sinais de alerta (<i>red flags</i>) na pré-investigação.....	358
5.2	Etapa da investigação: a constituição inicial da hipótese sob a lente do acervo cognitivo especializado sobre o abuso sexual infantojuvenil.....	359
5.2.1	Objetivo epistêmico e diretrizes operativas da investigação	359

5.2.2	Cautelar de produção antecipada de prova para coleta do depoimento especial: finalidade, requisitos, fluxo e limites	365
5.2.3	Quadro de verificação e entregáveis da etapa da investigação	366
5.2.4	Sinais de alerta (<i>red flags</i>) na investigação	368
5.3	Etapa do processo criminal e da instrução probatória: o contraditório e a construção argumentativa dos fatos.....	369
5.3.1	Objetivo epistêmico da instrução.....	370
5.3.2	Diretrizes operativas da instrução: o contraditório como eixo estruturante	371
5.3.3	Crerios para decises interlocutrias na instrução	375
5.3.4	Quadro de verificação da etapa da instrução.....	377
5.3.5	Sinais de alerta (<i>red flags</i>) na instrução.....	379
5.3.6	Entregáveis da instrução	380
5.4	Etapa da valoraçao: o juízo interpretativo e a construçao da hipótese fática justificada	381
5.4.1	Objetivo epistêmico da valoraçao.....	382
5.4.2	Diretrizes operativas da valoraçao.....	383
5.4.3	Roteiro e diretrizes para valoraçao dos elementos probatórios	385
5.4.3.1	Depoimento da vítima.....	392
5.4.3.2	Testemunhos indiretos qualificados.....	394
5.4.3.3	Testemunho de ouvir dizer (hearsay à brasileira)	396
5.4.3.4	Declaraçao originária de vítima falecida.....	398
5.4.3.5	Laudos médico-legais (sexológicos) e vestígios físicos	400
5.4.3.6	Laudos psicológicos e avaliaçoes clínicas (incluindo análise técnica do depoimento especial)	402
5.4.3.7	Conduta do acusado antes, durante e após o fato (indícios comportamentais externos).....	405
5.4.3.8	Retrataçao da vítima.....	407
5.4.4	Sinais de alerta (<i>red flags</i>), vieses e erros recorrentes na etapa da valoraçao. Sugestao de âncoras	410
5.4.5	Quadro de verificação da etapa da valoraçao	414
5.4.6	Entregáveis da etapa da valoraçao.....	416
5.5	Etapa da aferiçao da suficiêcia probatória	418
5.5.1	Fundamento normativo constitucional e objetivo	418
5.5.2	Crerios cumulativos para condenaçao (núcleo de suficiêcia)	420

5.5.3	Testes de suficiência probatória	426
5.5.4	Cenários de aplicação dos testes de suficiência probatória.....	427
5.5.5	Quadro de verificação da etapa da aferição da suficiência probatória.....	431
5.5.6	Entregáveis da etapa da aferição da suficiência probatória.....	432

Capítulo 6

PROTOCOLO OPERACIONAL SUGERIDO PARA O MODELO RACIONALISTA AMPLIADO APLICADO AO ESTUPRO INFANTOJUVENIL	435
6.1 Etapa da pré-investigação (rede protetiva e porta de entrada)	436
6.2 Etapa da investigação	438
6.3 Etapa do processo – instrução probatória.....	442
6.4 Etapa da valoração	446
6.5 Etapa da suficiência probatória para condenação	461

Capítulo 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS	467
REFERÊNCIAS	477